PARTE I

CONTEXTO E AVALIAÇÃO DO ENSINO RELIGIOSO

Introdução

Paradigma é uma categoria que, utilizada originalmente no campo da filosofia da ciência,⁶⁷ ganhou ao longo do tempo uma espécie de vida própria, sendo aplicada a vários campos do saber, à compreensão das diversas épocas históricas e das culturas. Um paradigma revela um conjunto de convicções, concepções, valores, procedimentos e técnicas partilhadas por determinada comunidade acadêmica.⁶⁸ Este conjunto de critérios partilhados por determinada comunidade é relevante porquanto consegue resolver novos problemas com a mesma estrutura de sentido anterior. Na medida em que não atende às novas questões colocadas pela realidade vão sendo substituídos por outros.

Creemos poder utilizar, nesse sentido, o referido termo para fazer a leitura do currículo do ensino religioso vigente. A questão central que serve de pano de fundo para a teoria do currículo é a de saber qual conhecimento deve ser ensinado e aprendido. Para respondê-la, as diferentes teorias recorrem a discussões sobre natureza humana, natureza da aprendizagem ou sobre a natureza do conhecimento, da cultura e da sociedade.⁶⁹

A pergunta "o quê deve ser aprendido/ensinado?" revela que as teorias do currículo estão envolvidas, explícita ou implicitamente, em desenvolver critérios de seleção que justifiquem a resposta que darão àquela questão. O currículo é sempre resultado de uma seleção: de um universo mais amplo de conhecimentos e saberes seleciona-se aquela parte que vai constituir, precisamente, o currículo.

A pergunta "o quê" nunca está separada de uma outra: o quê eles ou elas devem se tornar? Afinal, um currículo busca precisamente modificar as pessoas que vão seguir aquele percurso. O que elas devem se tornar é anterior a quê ensinar. A cada um desses "modelos" de ser humano corresponderá um tipo de

⁶⁷ KHUN, T. *Estruturas das revoluções científicas*, São Paulo: Col. Debates, Perspectiva, 1988.

⁶⁸ LIBANIO, J. Batista. *Diferentes paradigmas na história da teologia*. In ANJOS, M. F. dos. *Teologia e novos paradigmas*. São Paulo: Loyola, 1996, p. 35-38 .

⁶⁹ SILVA, Tomaz Tadeu da, *Documento de Identidade: uma introdução às teorias do currículo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005, p. 14.

conhecimento, um tipo de currículo. Assim, o currículo mais que uma questão de conhecimento, torna-se uma questão de identidade.

Neste sentido, pode-se dizer, no caso católico, que há um consenso institucional, religioso e acadêmico sobre o modo como o currículo de ensino religioso deve ser construído e implementado, tendo em vista o lugar que nele ocupa a pessoa humana. Tal consenso gira em torno da sua definição, nos conteúdos, na metodologia, na relação Igreja-Estado, no diálogo inter-religioso, no papel do professor e na concepção de liberdade religiosa partilhados pelos seus representantes teóricos.

No primeiro capítulo, apresenta-se a visão do Magistério católico sobre o Ensino Religioso. Tem por objetivo compor o que denominamos contexto, que servirá de pano de fundo para avaliar a experiência desse ensino, objeto do segundo capítulo. Este apresentará os resultados da pesquisa feita com alunos do 6º ano do ensino fundamental à segunda série do Ensino Médio. Seu objetivo será analisar a percepção dos alunos sobre a pertinência ou não da perspectiva curricular confessional desenvolvida num colégio que comunga com a mesma definição conceitual proposta pelo magistério eclesial.

1

Paradigma catequético do ensino religioso

Este primeiro capítulo tem por objetivo apresentar a visão do ensino religioso na perspectiva do magistério católico. Outros caminhos poderiam ser percorridos para sua apresentação: a inserção histórica desse ensino no contexto histórico da educação brasileira,⁷⁰ o estudo comparativo de sua legislação nas Constituições,⁷¹ ou a apresentação sistemática do que seja a educação religiosa cristã.⁷² Entretanto, optou-se aqui pela abordagem a partir dos posicionamentos da Santa Sé, revelados em alguns documentos oficiais e nos discursos do Papa João Paulo II. A escolha desse caminho deve-se ao fato de que os posicionamentos do magistério tiveram e têm atualmente conseqüências diretas na definição curricular do Ensino Religioso.

1.1.

Breve histórico documental

A preocupação por tal abordagem de ensino sempre esteve presente na consciência da Igreja. O primeiro documento a expressar uma visão sistemática explícita sobre a catequese e a formação religiosa, foi a Encíclica de Pio X, intitulada *Acerbo nimis*, de 1905.⁷³ Partindo da argumentação teológica, jurídica e pastoral, este documento define o primado da catequese entre as diversas formas de apostolado. Após constatar a difusa ignorância religiosa e afirmar a importância do ensino catequético, oferece algumas normas concretas no que diz respeito à catequese paroquial das crianças, a confissão anual, a preparação para a confirmação, para a primeira comunhão e, finalmente, instrução doutrinal.

⁷⁰ Cf. CNBB. *Ensino Religioso no Cenário da Educação Brasileira*. Brasília: Edições CNBB, 2007, no qual se faz uma abordagem interessante de como o ensino religioso se fez presente ao longo da educação e dos desafios que permanecem ainda hoje em termos de definição de sua identidade.

⁷¹ Cf. CARON, Lurdes. Aspectos da realidade do ensino religioso escolar num contexto de mudanças. In: _____. *Educação religiosa escolar em Santa Catarina entre conquistas e concessões: uma experiência ecumênica com enfoque na formação de professores*. 1995. IECLB. Dissertação (Mestrado em Teologia). IECLB, São Leopoldo, p. 23-53.

⁷² GROOME, T. op.cit.

⁷³ PIO X, *Encíclica Acerbo nimis*, sobre o ensino do catecismo, Acesso em 15/04/1905, disponível em <<http://www.vaticano.va>>, acesso em 18/04/08.

Relevante também, nesse aspecto, foram a reedição, por Pio X, do catecismo do séc. XVIII, em 1905; a publicação de um novo Catecismo, em 1912, bem como o decreto *Quam singulari* (1910),⁷⁴ sobre a primeira comunhão das crianças. Estes repercutiram em todas as Igrejas particulares.

O Código de Direito Canônico de 1917, publicado por Bento XV, recolhe e sistematiza os ensinamentos de Pio X sobre a catequese. Já Pio XI publicou, em 1923, o *Motu próprio Orbem Catholicum* através do qual cria a Oficina Catequética Central, responsável por impulsionar a catequese em todo o mundo. Enviaram-se questionários às Igrejas particulares solicitando informações sobre a instrução da doutrina cristã nas paróquias, nos colégios católicos e nas escolas públicas. Com as respostas, elaborou-se o *Decreto Provido sane concílio* publicado em 1935. Entre outras medidas de otimização da catequese, indicou-se a criação de oficina catequética em cada diocese, a nomeação de sacerdotes para visitar anualmente as escolas e a organização de cursos para preparar adequadamente os catequistas.

Entre outros documentos publicados por Pio XI, no sentido de impulsionar a formação religiosa, merece destaque para a educação cristã a encíclica *Divini Illius Magistri*, de 1929.⁷⁵ Esta assinala os direitos e deveres da família, da Igreja e do Estado no que diz respeito à educação, bem como ao sujeito, suas qualidades e ao fim, à forma e ao modo de proceder da educação católica.

De relevância para o futuro do ensino religioso foi o pontificado de Pio XII, com destaque para uma circular da Sagrada Congregação dos Seminários e Universidades cuja preocupação referia-se ao estudo de pedagogia dos centros de formação eclesial. Com uma preocupação universal com respeito à catequese, o documento concentra sua atenção na importância do ensino do catecismo para fazer frente à ignorância religiosa; preocupou-se também em quem deve ensiná-lo, as qualidades necessárias, as metas da catequese e, por fim, o desenvolvimento da chamada “catequese escolar”.

⁷⁴ Id., *Decreto Quam singulari*, 18/08/1910, disponível em: <<http://www.vaticano.va>>, acesso em 18/04/08.

⁷⁵ PIO XI, *Encíclica Divini Illius Magistri*, sobre a educação cristã da juventude, 31/12/1929, disponível em: <<http://www.vaticano.va>>, acesso em 20/04/08.

De João XXIII, que não escreveu nenhum documento específico sobre o tema da catequese, vale citar a insistência, na sua encíclica *Pacem in terris*, de que a educação religiosa se coloque à altura do ensino científico. O Concílio Vaticano II, sob a orientação de Paulo VI, elabora a Declaração *Gravissimum educationis momentum*, sobre a educação cristã da juventude, na qual define de maneira clara a educação que a Igreja quer levar adiante:

Sentindo de modo intenso o dever gravíssimo que, além disso, lhe incumbe de empenhar-se a fundo pela educação moral e religiosa de todos os seus filhos, necessita a Igreja de estar com seu afeto e amparo especial junto àquele grande número de alunos que se forma em escolas não-católicas; tanto pelo testemunho de vida daqueles que os ensinam e dirigem, quanto pela ação apostólica de seus colegas, mas sobretudo pelo ministério dos sacerdotes e leigos, que lhes transmitem a doutrina da salvação num modo adaptado à idade e às condições, e lhes prestam auxílio espiritual através de iniciativas oportunas, conforme as condições dos meios e tempos. Aos pais, porém, lembra a grave tarefa, que é a sua, de tudo disporem e mesmo exigirem que seus filhos possam valer-se daquela assistência e desenvolver a formação cristã em harmonioso progresso com a profana. Enaltece por isso a Igreja aquelas autoridades e sociedades civis que, em vista do pluralismo da sociedade hodierna e com o fim de cuidarem da devida liberdade religiosa, ajudam as famílias para que a educação dos filhos possa transmitir-se em todas as escolas segundo princípios morais e religiosos das famílias.⁷⁶

A argumentação, portanto, para assegurar o ensino religioso no contexto das escolas deve-se ao fato de ser responsabilidade dos pais o primeiro e inalienável dever e direito de educar os filhos, devendo gozar de verdadeira liberdade na escolha das escolas. Ao poder público cabe proteger e defender as liberdades dos cidadãos, cuidando com justiça distributiva; há, ainda, de providenciar que os subsídios públicos sejam de tal sorte distribuídos que os pais possam escolher com verdadeira liberdade as escolas para seus filhos, segundo sua consciência.⁷⁷ O Concílio, ainda que não tenha publicado um documento específico sobre a catequese ou a educação da fé, não deixou de apresentar algumas diretrizes que influenciaram e continua a influenciar a formação religiosa.⁷⁸

Depois do Vaticano II, publica-se o Diretório Geral da Catequese preparado pela Congregação para o Clero em 1971, sob o pontificado de Paulo VI. Este tem por

⁷⁶ COMPENDIO VATICANO II, GE, 7.

⁷⁷ Ibid., n. 6

⁷⁸ A propósito da catequese, confira os números da GE: 192, 195, 915, 1040, 1042, 1097 e 1509. A propósito da catequese nas escolas não-católicas 1515; em relação aos objetivos da educação cristã, veja o número 1505.

objetivo orientar e estimular a ação catequética da Igreja. Apresenta as diretrizes e princípios teológicos; situa a catequese e o ensino religioso no contexto do ministério da Palavra; define a apresentação da mensagem cristã tendo em conta a psico-pedagogia das idades, bem como a dos sacramentos de iniciação cristã.

Em seguida, como resultado dos 3º Sínodo Geral dos Bispos, publica-se em 1975, por Paulo VI, a Exortação Apostólica *Evangelii nuntiandi*, que tem como preocupação a evangelização no mundo contemporâneo. Nela, define-se o que seja evangelização, seus conteúdos, meios, destinatários, agentes e o espírito da evangelização. Este documento situa a educação da fé no contexto mais amplo da evangelização da Igreja.

De modo mais explícito, a Congregação para Educação Católica publica em 1977 o documento *A Escola Católica*. À luz dos ensinamentos do Vaticano II e da Declaração *Gravissimum educationis* define a identidade da escola católica no mundo contemporâneo. O assunto tratado é a escola católica no contexto da missão salvífica da Igreja, os desafios da escola católica no momento atual, a escola como lugar de humanização mediante a assimilação da cultura, o projeto educativo da escola, suas responsabilidades e propostas práticas.

De grande relevância para a educação da fé e o ensino religioso foi a Exortação Apostólica *Catechesi Tradendae*, publicada em 1979, pelo papa João Paulo II, que versa sobre a catequese para o nosso tempo. Entre os vários temas, vale destacar: o centro da catequese é a pessoa e a doutrina de Cristo, a catequese na história, na atividade pastoral e missionária da Igreja; os destinatários, os métodos e meios da catequese e a catequese como tarefa de todos. O documento apresenta também algumas diretrizes sobre o ensino religioso escolar.⁷⁹

Outro documento importante foi publicado pela Congregação para Educação Católica em 1982, intitulado *O Leigo Católico, Testemunho da Fé na Escola*. Trata da identidade do leigo católico na escola, do como viver esta identidade, do tipo de formação necessária para ser cumprido na escola, do seu papel, e do apoio da Igreja aos leigos que nela trabalham.

⁷⁹JOÃO PAULO II. A educação cristã deve levar o homem à sua própria vocação, L' Osservatore Romano, 25/08/1985, p. 10 et seq.

A mesma Congregação publica em 1988 o documento *Dimensão Religiosa da Educação Católica. Orientações para a Reflexão e Revisão*. Deseja aprofundar a identidade da escola católica. Na primeira parte dedica-se a analisar a situação dos jovens diante da dimensão religiosa da vida; depois, a dimensão religiosa do ambiente; a dimensão religiosa da vida e do trabalho escolar; o ensino religioso escolar e a dimensão religiosa da educação e do processo educativo.

Todos os documentos anteriormente citados apresentam elementos que permitem obter certa visão da Igreja sobre a formação religiosa, a educação da fé e a catequese. Porém, nos discursos da Santa Sé, dirigido aos bispos, embaixadores, professores e aos fiéis, as idéias presentes naqueles documentos explicitarão melhor a visão do paradigma catequético do ensino religioso. Os discursos trazem para os diferentes contextos as verdades entranhadas já naqueles documentos.

1.2.

O Ensino da religião e sua relação com a catequese

Um primeiro elemento importante no discurso de João Paulo II é o reconhecimento do lugar da catequese como sendo diferente do lugar do ensino religioso. O ensino da Religião deverá “caracterizar-se pela referência aos objetivos e critérios próprios de uma estrutura escolar moderna”.⁸⁰ Em seguida, aponta para o campo próprio da catequese: “a catequese é desenvolvida no âmbito paroquial”.⁸¹ São distintos no que diz respeito aos lugares. Porém, não devem considerar-se separados, devem ser vistos numa relação de complementaridade:

São distintos, mas não devem considerar-se separados. Há mesmo entre ele e ela uma conexão íntima: idêntico, de fato, é o sujeito a que se dirigem os educadores num caso e noutro, isto é, o aluno; idêntico é também o conteúdo objetivo, sobre o qual incide, embora com diferentes modalidades, a ação formativa exercida no ensino da Religião e na Catequese. O ensino da religião pode ser considerado tanto como qualificado preâmbulo para Catequese, quanto como reflexão posterior sobre os conteúdos da Catequese adquiridos.⁸²

⁸⁰ Cf. Id., “*Ensino da Religião e Catequese – ministérios distintos e complementares*”, In .Discurso aos sacerdotes da Diocese de Roma. L’ Osservatore Romano. Ano XII – N. 11 (589), 15/03/1981.

⁸¹ Ibid., loc. cit. A catequese paroquial supõe além da apresentação do mistério cristão a sua vivência e expressão comunitário-litúrgica. Na escola, esse ensino tem um sentido catequético mais amplo no sentido de aprofundar o mistério cristão em diálogo com a cultura escolar, enfatizando seu aspecto racional.

⁸² Ibid., loc. cit.

É complementar também às outras dimensões da fé. Há a necessidade insuprimível de a catequese paroquial se integrar e completar o ensino da religião dado na escola, porque une o conhecimento religioso com a atividade sacramental.

⁸³ Este liame confirma-se também no discurso aos bispos da Polônia:

Dou-me conta das dificuldades apresentadas por este tipo de catequese, contudo é necessário encontrar uma solução, a fim de que as crianças e os jovens não considerem o ensino da religião apenas como uma das matérias escolares, mas possam haurir a força também de um contacto direto com Deus na liturgia e nos sacramentos.⁸⁴

Além da dimensão litúrgica, o ensino religioso deve tomar em conta a relação complementar com o aspecto comunitário. Na mesma linha insiste o papa Bento XVI ao precisar ainda mais a especificidade desta disciplina. Ela insere-se no contexto comunitário e vivencial da fé. Naturalmente, há de fazer compreender, todavia, que

a disciplina da religião não é uma ideologia puramente intelectual e individualista, como talvez aconteça noutras matérias: na matemática, por exemplo, sei como fazer um determinado cálculo. Mas também outras disciplinas, em última análise, têm uma tendência prática, uma tendência à profissionalidade e à aplicação na vida. Assim, é preciso compreender que a fé, essencialmente, cria uma assembléia e une (...). É precisamente esta essência da fé que nos liberta do isolamento do ego e nos une numa grande comunidade, uma comunidade muito completa na paróquia, na assembléia dominical e universal, em que eu me torno um parente de todos no mundo.⁸⁵

1.3.

Ensino Religioso e sua relação com a cultura escolar

A relação do ensino religioso com a cultura escolar explicita-se no Diretório Catequético de 1997, que amplia a definição de sua identidade em relação à comunidade escolar e eclesial.

O que confere ao ensino religioso escolar a sua peculiar característica é o fato de ser chamado a penetrar no âmbito da cultura e de relacionar-se com outras formas do saber. Como forma original do ministério da Palavra, de fato, o ensino religioso

⁸³ JOÃO PAULO II. *Visita Pastoral à paróquia Romana de Santa Maria Beatrice*, 14/01/1979.

⁸⁴ Id., *Discurso ao segundo grupo de bispos da Polônia em visita 'Ad Limina Apostolorum'*, 02/02/1998, In www.vaticano.va, acessado em 20/02/2008.

⁸⁵ BENTO XVI. *Discurso durante o encontro com o clero da diocese de Aosta*, 25/07/2005.

escolar torna presente o Evangelho no processo pessoal de assimilação, sistemática e crítica, da cultura.⁸⁶

Diante do universo cultural interiorizado pelos alunos, das formas de saber e dos valores oferecidos pelas demais disciplinas escolares, o ensino religioso escolar “busca abranger realmente os outros elementos do saber e da educação para que o Evangelho impregne a mentalidade dos alunos no ambiente da sua formação e para que a harmonização da sua cultura se faça à luz da fé”.⁸⁷

A natureza desse ensino deve dar-se no contexto do diálogo interdisciplinar, o que supõe a sua configuração como disciplina escolar de igual peso na relação com as demais.

É necessário, portanto, que o ensino religioso escolar se mostre como uma disciplina escolar, com a mesma exigência de sistema e rigor que requerem as demais disciplinas. Deve apresentar a mensagem e o evento cristão com a mesma seriedade e profundidade com a qual as demais disciplinas apresentam seus ensinamentos. Junto a estas, todavia, o ensino religioso escolar não se situa como algo acessório, mas sim no âmbito de um necessário diálogo interdisciplinar. Este diálogo deve ser instituído, antes de tudo, naquele nível no qual cada disciplina plasma a personalidade do aluno. Assim, a apresentação da mensagem cristã incidirá na maneira com que se concebe a origem do mundo e o sentido da história, o fundamento dos valores éticos, a função da religião na cultura, o destino do homem, a relação com a natureza. O ensino religioso escolar, mediante este diálogo interdisciplinar, funda, potencia, desenvolve e completa a ação educadora da escola.⁸⁸

Posta a identidade desse ensino, torna-se necessário perguntar pela sua fundamentação na cultura e na própria pessoa humana. Para João Paulo II “o sentido ou sentimento religioso fundamental é uma dimensão natural e inata presente em todo homem, mas precisamente por isto ela deve ser, de modo correto, educada e desenvolvida.”⁸⁹ Neste mesmo texto faz-se uma avaliação da cultura do mundo contemporâneo que impede a educação desse sentido religioso. É uma cultura que impõe o silêncio sobre Deus e o que a Ele se relaciona. Avalia que há formas pobres de laicidade que O colocaram sob parênteses e O excluem do circuito vivo da cultura humana. Há correntes de pensamento que são

⁸⁶ CONGREGAÇÃO PARA O CLERO. *DGC. Documentos do Magistério* – 1997, Papa João Paulo II, 15/1997., n. 73

⁸⁷ *Ibid.*,

⁸⁸ *Ibid.*, loc. cit.

⁸⁹ João Paulo II. “*Ensino da Religião Católica na escola – exigência da educação global do homem*”. *L’ Osservatore Romano*. 06/04/1986, p. 4 (156) et seq. 5.

incapazes de formular perguntas sobre o significado do homem, da vida, sobre o valor mesmo das coisas. A escola e a cultura não podem deixar-se aprisionar em perspectivas tão limitadas e sem fôlego. Elas devem estar abertas a todos os “interrogativos e os porquês do homem, inclusive os mais profundos, a começar daqueles que se referem às razões do viver e do morrer, ao sentido último da existência, ao significado do bem e do mal.”⁹⁰

O ensino religioso deve buscar seu fundamento também numa cultura humana aberta à transcendência.

O valor da cultura religiosa não se identifica simplesmente com a soma das influências culturais que uma religião (no nosso caso, o Catolicismo) foi e é capaz de exercer sobre vários aspectos da vida e da cultura; de modo bem mais profundo, está a indicar a realidade daquela dimensão profunda do espírito humano na qual tem origem e é gerada a cultura aberta à transcendência, como cultura autêntica do homem, e na qual se colocam e encontram resposta os interrogativos existenciais sobre o sentido fundamental e último da vida.⁹¹

Portanto, o ensino religioso tem como ponto de partida uma fundamentação antropológica e cultural. No entanto, o complemento e o sentido último dessa disciplina encontram suas respostas na religião.

Descobrir este laço indissolúvel entre a religião e aquela dimensão fundamental e constitutiva do homem, que provém das perguntas existenciais, não é coisa de pouca monta, e nem é a última descoberta que os jovens de hoje são chamados a fazer (...). Com um método de pesquisa correto e rigoroso (...) chega àquele nível de profundidade da vida do espírito, onde todos os interrogativos se encontram e se convergem num só e imenso interrogativo: Quem sou eu? De onde venho? Para onde vou? Que sentido tem a minha existência?⁹²

Também o Papa Bento XVI afirma que no contexto onde os alunos não tenham pertença religiosa, deve-se apresentar as bases do pensamento cristão.

Desejo realçar o compromisso do Estado, baseado na Concordata, para o ensino da religião católica, que na Áustria faz parte das matérias obrigatórias. Perante o número crescente de estudantes que não pertencem a qualquer confissão religiosa o Estado encontra-se diante da tarefa de fazer conhecer também a estas crianças e

⁹⁰ Ibid., loc. cit.

⁹¹ Ibid., p. 5

⁹² Ibid., loc. cit.

jovens as bases do pensamento ocidental e da "civilização do amor" marcada pelo espírito cristão.⁹³

Nestes casos, o ensino na perspectiva cultural não pode estar desligado dos valores cristãos presentes na raiz da cultura ocidental. Não poderá ser neutro segundo essa perspectiva.

Segundo Bento XVI., a transmissão de cultura às gerações sucessivas é uma das tarefas importantes do Estado. Contudo, o saber deve estar unido com os valores para que a formação seja autêntica. Na maior parte dos Länder alemães, o Estado partilha este grande desafio com a Igreja, que está presente nas escolas através da lição de religião, como ‘matéria habitual de ensino’. Em muitos lugares, os estudantes que não pertencem a profissão religiosa alguma, seguem uma lição de ética ‘neutra sob o ponto de vista religioso’. Esta lição de ética não pode e não deve em nenhum caso ser ‘neutra sob o ponto de vista dos valores’. Deve permitir que os estudantes se familiarizem com a grande tradição do espírito ocidental que plasmou a História e a cultura da Europa e as continua a inspirar.⁹⁴

1.4. Desenvolvimento integral e diálogo

O ensino religioso requer também uma concepção de educação que tenha por objeto o desenvolvimento integral da pessoa. Quando da visita à República dos Camarões, em Agosto de 1985, na missa dedicada aos educadores católicos, João Paulo II menciona a importância de ter a pessoa como horizonte educativo: “Se se considera a educação a partir da pessoa que por ela é beneficiada, trata-se de levar à maturidade humana, para que ela aprenda a ‘ser’ e não apenas a ‘saber’ para que ela responda verdadeiramente à sua vocação.”⁹⁵

Aludindo ao Concílio Vaticano II, explicita o objetivo da educação como sendo “formar a pessoa em função do seu fim mais alto e dos objetivos mais elevados da sociedade onde ela se tornará adulta; desenvolver com harmonia todas as aptidões”, o sentido do esforço e da responsabilidade; conquistar um domínio da

⁹³ BENTO XVI. *Discurso ao Senhor Martin Bolldorf novo embaixador da Áustria junto da Santa Sé por ocasião da apresentação das Cartas Credenciais* 18/09/2006.

⁹⁴ *Ibid.*, loc. cit.

⁹⁵ JOÃO PAULO II. *A educação cristã deve levar o homem à sua própria vocação. L' Osservatore Romano*, 25/08/1985, p. 10 et. seq.

sua liberdade, orientado pelos valores morais reconhecidos e por uma fé não só aprendida, mas vivida.”⁹⁶

A preocupação com a formação integral torna-se, assim, constitutiva do ensino religioso. Há uma preocupação em superar a unilateralidade dos conhecimentos, pois, o ensino católico procura sempre unir aquisição do saber, a “formação moral e a iniciação religiosa (...). A educação cristã é fonte de um compromisso, porque ela não é um patrimônio inerte, mas concepção dinâmica da existência”.⁹⁷ O seu ensino contribui para o desenvolvimento integral dos estudantes e para o conhecimento do outro no respeito recíproco.⁹⁸

No ano de 1983, em audiência especial comemorativa das festividades de Santo Tomás de Aquino, João Paulo II dirige-se à comunidade educativa das escolas católicas reafirmando o ensino religioso na perspectiva de uma formação integral.

Vós não vos limiteis, de fato, a informar, mediante a transmissão de conhecimento, mas entendeis formar integralmente as pessoas, sob todos os aspectos: a inteligência, sem dúvida, mas também a vontade, e de maneira toda especial a consciência, onde inteligência e vontade, liberdade e responsabilidade, atingem a dimensão mais profunda em que a pessoa se situa diante de si mesma, dos homens e de Deus. Por outras palavras, o vosso empenho educativo está voltado para o homem todo, não apenas para uma parte: através das várias matérias, inclusive as desportivas tão rica de valores formativos, estais voltados sempre para a pessoa única e irrepetível, que é cada homem e cada mulher.⁹⁹

Outra dimensão que toca ao ensino religioso diz respeito ao seu empenho para o diálogo inter-religioso. Este exige que a escola crie um ambiente favorável. Para isso, deve-se criar “o clima dum diálogo amistoso e aberto onde prevaleça em todas as escolas o espírito de familiaridade e de respeito recíproco”.¹⁰⁰ A escola deveria ser o centro das virtudes sociais.

É preciso que esse clima contribua para fazer com que as crianças e os jovens possam declarar abertamente as suas convicções religiosas e comportar-se de

⁹⁶ Ibid., loc. cit.

⁹⁷ Id. *Discurso a organização mundial dos antigos alunos do ensino católico*, 06/12/1980. Disponível em: <<http://www.vaticano.va.>> Acesso em: 06/09/08.

⁹⁸ Id. *Mensagem por ocasião da plenária da congregação para educação católica*, 01/02/2005. Disponível em: <<http://www.vaticano.va.>>. Acesso em 10/09/08.

⁹⁹ Id., *A grande importância da escola católica*, *L'Osservatore Romano*, Fev. 1983, p. 7 passim.

¹⁰⁰ Ibid., loc. cit.

acordo com elas. “Não é possível servir bem a nação sem conhecer a sua história, a sua rica tradição e a sua cultura”.¹⁰¹

Neste sentido, os currículos para a educação religiosa escolar - tanto nas instituições educativas religiosas como públicas –

deveriam incluir programas que fomentassem um conhecimento e uma compreensão mais atentos e mais sensíveis em relação à vasta gama das tradições religiosas. A educação para o respeito sensível devido aos valores religiosos dos outros faz parte da instrução tanto dos crentes como dos não-crentes. A popularização fortemente má e negativa das tradições religiosas deriva da falta de conhecimento ou da escassez de um entendimento aberto e valorizador dos padrões das tradições religiosas do próximo.¹⁰²

Insiste o papa que todas as instituições educativas podem e devem abrir-se a este diálogo respeitador, que “reconhece os valores específicos das tradições religiosas de cada indivíduo e abre para os valores dos outros”.¹⁰³ Esta valorização confirma-se por ocasião do encontro de João Paulo II com o embaixador da França.

Alegro-me profundamente pelas pesquisas empreendidas e pelas perspectivas propostas no âmbito escolar para que, através do conhecimento da religião, os jovens descubram as diferentes religiões e as comunidades humanas que as praticam, e desta forma possam empenhar numa busca do sentido da sua existência, sob a orientação de educadores que têm o conhecimento do valor deste modo de proceder. Isto há de favorecer o respeito recíproco e contribuir para uma maior paz social e para uma fraternidade mais profunda entre todos os componentes da Nação.¹⁰⁴

1.5. Finalidade e conteúdos

No que diz respeito à finalidade do ensino religioso no contexto escolar, o papa diz que ele

conserva a finalidade de abrir à compreensão da experiência histórica do cristianismo, de orientar para o conhecimento de Jesus Cristo e o aprofundamento do seu Evangelho. Dessa maneira, apresenta-se como proposta cultural que pode

¹⁰¹ Id., *Mensagem por ocasião da plenária da congregação para educação católica*, 01/02/2005. Cf. também Id., Id., *Homilia do Santo Padre na Polónia*, 14/06/1999. Disponível em: <<http://www.vaticano.va>>. Acesso em: 16/08/08.

¹⁰² Id., *Intervenção da Santa Sé numa Conferência Internacional sobre o ensino da religião nas escolas*, 24/11/2001. Disponível em: <<http://www.vaticano.va>>. Acesso em: 11/10/08.

¹⁰³ Ibid., loc. cit.

¹⁰⁴ Id. *Discurso do Papa João Paulo II ao novo embaixador da França junto à Santa Sé por ocasião da apresentação das cartas credenciais*, data (?). Disponível em: <<http://www.vaticano.va>>. Acesso em: 14/08/08.

ser oferecida a todos para lá das escolhas pessoais de fé. Em muitos contextos, o cristianismo constitui, já, o horizonte espiritual da cultura de pertença¹⁰⁵

O ensino religioso tem o dever de ajudar os alunos a amadurecer uma posição pessoal em matéria religiosa, coerente e respeitosa das posições dos outros, contribuindo para o seu crescimento e para uma mais completa compreensão da realidade.¹⁰⁶

O professor de religião, utilizando as linguagens aptas a mediar a mensagem religiosa, é chamado a estimular nos alunos o aprofundamento das grandes interrogações relativas ao sentido da vida, ao significado da realidade e ao compromisso responsável para transformá-la à luz dos valores evangélicos, estimulando um confronto construtivo entre os conteúdos e os valores da religião católica e a cultura contemporânea.¹⁰⁷

Chama-se a atenção para a importância do trabalho do professor. “Catequistas e professores de religião, o vosso trabalho é necessário como nunca e requer, da vossa parte, uma constante fidelidade a Cristo e à Igreja. Com efeito, todos os fiéis têm direito a receber de quantos, por dever ou mandato, são responsáveis pela catequese e pela pregação, respostas não subjetivas, mas correspondentes ao Magistério constante da Igreja, à fé desde sempre ensinada autorizadamente por quantos são constituídos Mestres e vivida de modo exemplar pelos Santos”.¹⁰⁸

Com relação ao processo formativo, não é suficiente o conhecimento intelectual de Cristo e do seu Evangelho. De fato, crer n'Ele significa segui-l'O. Deve-se freqüentar a escola dos Apóstolos, dos Confessores da fé, dos Santos e das Santas de todos os tempos, “que contribuíram para difundir e fazer amar o nome de Cristo, através do testemunho de uma vida gasta generosa e jubilosamente por Ele e pelos irmãos”.¹⁰⁹

Com relação aos conteúdos a serem abordados no ensino da religião, o papa argumenta que em virtude do ligame entre fé e cultura, “a Bíblia é proposta como

¹⁰⁵ GROCHOLEWSKI, Z. C. *As pessoas consagradas e sua missão na escola*. Congregação para Educação Católica, Roma, 28/10/2002.

¹⁰⁶ *Ibid.*, loc. cit.

¹⁰⁷ *Ibid.*, loc. cit.

¹⁰⁸ *Id.* *Jubileu dos Catequistas, Homilia do Santo Padre*, 10/12/2000. Disponível em: <<http://www.vaticano.va>> Acesso em: 13/12/08.

¹⁰⁹ *Ibid.*, loc. cit.

texto fundamental para a formação das novas gerações, não só na catequese de iniciação cristã, mas também no ensino da religião católica ministrado nas escolas.”¹¹⁰ Além disso, sugere que devam ser feitos todos os esforços para garantir que os programas de educação catequética e religiosa, “apresentem serena e convictamente a integridade do tesouro do ensinamento da Igreja”¹¹¹ Neste sentido, o novo Catecismo da Igreja Católica, além de servir, como é natural, “como texto de referência, seguro e autêntico, para o ensino da doutrina católica, nas mãos dos próprios formadores, “representa (...) um instrumento de grande valor para a formação da personalidade do jovem”¹¹²

Na mesma linha prossegue o papa Bento XVI. Segundo ele, é necessário “preocupar-se com os programas de estudo para o ensino da religião, que devem ser inspirados no Catecismo da Igreja Católica, para que durante os estudos seja transmitida a totalidade da fé e dos costumes da Igreja.”¹¹³ Preocupa-se também com a relação método e conteúdo. No passado, não raramente o conteúdo da catequese “era colocado em segundo plano em relação aos métodos didáticos. A apresentação integral e compreensível dos conteúdos da fé “é um aspecto decisivo para a aprovação dos livros de texto para o ensino da religião”¹¹⁴

Pede aos professores fidelidade à tradição da Igreja.

De igual importância é também a fidelidade de quem ensina a fé da Igreja e a sua participação na vida litúrgica e pastoral das paróquias ou das comunidades eclesiais em cujo território desempenham o seu trabalho. Nas escolas católicas, além disso, é importante que a introdução na visão católica do mundo e na prática da fé, assim como a integral formação católica da personalidade, sejam transmitidas de modo convincente não só durante a hora de religião, mas durante todo o dia escolar inclusive através do testemunho pessoal dos professores.¹¹⁵

No que se refere à relação conteúdos e subsídios, a Exortação *Catechesi Tradendae* apresenta algumas orientações:

¹¹⁰ Id., “Discurso no encerramento da XLIII Assembléia Geral da Conferência Episcopal Italiana”, 22/05/1997. Disponível em: <<http://www.vaticano.va>> Acesso em: 14/09/08.

¹¹¹ Id. Discurso aos bispos da CNBB Brasil-regional Nordeste 5 em visita “Ad Limina Apostolorum” 22/10/1995. Disponível em: <<http://www.vaticano.va>> Acesso em: 13/10/08.

¹¹² Ibid., loc. cit. Cf. também Id., *Ángelus*, Jubileu dos Catequistas 10/12/2000.

¹¹³ BENTO XVI. Discurso aos Bispos da Conferência Episcopal da República Federal da Alemanha em visita «Ad Limina Apostolorum», 10/11/2006. Disponível em: <<http://www.vaticano.va>> Acesso em: 19/09/08.

¹¹⁴ Ibid., loc. cit.

¹¹⁵ Ibid., loc. cit.

As escolas do Estado põem à disposição dos alunos livros em que são apresentados, por motivações culturais – históricas, morais ou literárias – as diversas religiões, incluindo a religião católica. Uma apresentação objetiva dos fatos históricos, das várias religiões e das diversas confissões cristãs, poderá contribuir até para melhor compreensão recíproca. Estar-se-á então atento a que quanto possível, a apresentação seja verdadeiramente objetiva, com isenção em relação a sistemas ideológicos ou políticos, bem como a preconceitos pretensamente científicos, que lhe deformassem o verdadeiro sentido. Em qualquer hipótese, esses manuais poderão, evidentemente, ser considerados como obras catequéticas: para isso falta-lhes o testemunho de exporem a fé como um crente a exporia a outros crentes, e uma compreensão dos mistérios cristãos e da especificidade católica a partir do interior da fé.¹¹⁶

Nos casos em que as autoridades civis impõem que nas escolas haja um ensino da religião cristã - com manuais próprios, horas de aula - comum a católicos e não-católicos, é bom que se diga que em tais casos não se trata de uma verdadeira catequese, embora tenha importância ecumênica quando apresentada com lealdade a doutrina cristã. “No caso de as circunstâncias impuserem esse ensino, importa que seja assegurada além dele, com maior cuidado ainda, uma catequese especificamente católica”.¹¹⁷

1.6. Missão e formação do professor

A garantia da identidade do ensino religioso passa pelo perfil e formação adequada do professor. O professor de Religião deve, de fato, estar de posse, por um lado, de “formação teológica sistemática, que lhe consinta propor com competência os conteúdos da fé, e, por outro, daquele conhecimento das ciências humanas, que se mostra necessário como meio de apresentação, de modo adaptado e eficaz, dos conteúdos mesmos”.¹¹⁸ Para conseguir manter-se à altura das exigências educativas, requer da parte dos professores de Religião o esforço de uma “constante atualização nos conteúdos e nas metodologias, e o empenho de uma participação ativa da Comunidade Eclesial”.¹¹⁹

A missão do professor dessa disciplina é claramente apresentada. A ele é confiada a esplêndida missão de formar os jovens, tornando para eles “exemplos e guias. Sabeis que todo o projeto educativo deve ser rico de valores espirituais, humanos

¹¹⁶ JOAO PAULO II. *CT*, n. 34.

¹¹⁷ *Ibid.*, n. 33.

¹¹⁸ *Ibid.*, loc. cit.

¹¹⁹ *Ibid.*, loc. cit.

e culturais, para poder alcançar a finalidade que lhe é própria”¹²⁰ A escola não pode limitar-se a oferecer aos jovens algumas noções nos diversos ramos do saber; deve também ajudá-los a buscar, na justa direção, o sentido da vida.¹²¹ Ou seja, o professor de Religião exerce um ministério em nome da comunidade eclesial que lhe confiou esse encargo. Exige-se, portanto, que tenha consciência de sua identidade de cristão e anúncio da mensagem cristã

Essa missão se aplica não somente ao professor de ensino religioso, mas a todos os professores católicos. Em audiência na qual recebeu os participantes do Congresso da União Católica Italiana dos Professores da Escola Média, em 1985, João Paulo II fala de um ensino religioso que extrapola o momento das aulas de Religião, como sendo responsabilidade de todos. “A vossa atitude será também crítica, afim de que não se favoreça a manipulação da psicologia juvenil ao serviço de ideologias não correspondentes à verdade sobre o valor da pessoa humana ou à verdadeira concepção de homem”.¹²²

E tal ensino deve ser desenvolvido cooperativamente com as demais disciplinas.

Trata-se de um ensino inserido num organismo onde todas as matérias se confrontam em ordem à preparação cultural e profissional do aluno, para que este consiga a síntese formativa da sua personalidade (...). Tal esforço não pode resolver-se se deixado só ao ensino da religião. Ele poderá reduzir-se à condição de algo isolado no contexto da comunidade escolar.¹²³

Finalmente chama a atenção para a missão dos professores católicos em educar para o sentido religioso.

A vós competirá principalmente a formulação correta dos interrogativos que permitem uma adequada busca religiosa a partir da instância que surge precisamente da disciplina da vossa competência (...). Vós bem sabeis como hoje a importância da vossa presença na escola é decisiva se, mediante, a vossa ação, a escola estiver atenta à profundidade e integridade da pessoa humana e preocupada em pôr as bases de uma renovada humanidade.¹²⁴

¹²⁰ Id., *Angelus*, 13/09/1998.

¹²¹ Ibid., loc. cit.

¹²² Cf. JOÃO PAULO II. *O Valor do Ensino da Religião*, L'Osservatore Romano, Ano XV, n. 05 (793), Fev. 1985, p. 20.

¹²³ Ibid., loc. cit.

¹²⁴ Ibid., loc. cit.

1.7. Princípio da liberdade religiosa

As justificativas do magistério eclesial na defesa do modelo de ensino religioso apresentado está relacionada ao dever da Igreja de educar na fé a todos os batizados, ao direito dos pais em educar na fé os seus filhos e à necessária liberdade religiosa que deve ser respeitada pelo Estado no sentido de atender este direito dos pais. Diz João Paulo II:

Queria recordar o dever primordial dos pais, como primeiros e principais responsáveis pela educação dos filhos, o que supõe lhes seja dada absoluta liberdade para escolher o centro educativo para os seus filhos. As autoridades públicas, por sua parte, devem proporcionar que, a partir do respeito ao pluralismo e à liberdade religiosa, seja oferecida às famílias as condições necessárias para que, em todas as escolas, tanto públicas como particulares, se ministre uma educação conforme aos próprios princípios morais e religiosos. E isto se torna ainda mais necessário (num país como a Espanha), onde a maioria dos pais pede a educação religiosa para os seus filhos.¹²⁵

Sua afirmação não se restringe unicamente ao direito da legítima existência das escolas católicas, mas também se estende ao direito do ensino religioso também noutras escolas. Com relação às escolas não-confessionais e nas públicas, afirma:

Quero exprimir ardentes votos por que, em consonância com um claro direito da pessoa humana e das famílias, e no respeito pela liberdade de cada um, se torne possível a todos os alunos católicos progredirem na sua formação espiritual, com a contribuição de um ensino religioso que dependa da Igreja. Esse ensino, conforme os países, pode ser proporcionado pela escola ou no quadro da própria escola, ou então no quadro de um acordo com os poderes públicos sobre a programação e horários escolares, no caso de a catequese ser dada só na paróquia ou noutra centro pastoral. Com efeito, mesmo naqueles lugares onde existam dificuldades objetivas, por exemplo, a de os alunos serem de religiões diversas, é necessário combinar os horários escolares de tal maneira que permitam aos católicos aprofundarem a sua fé e a sua experiência religiosa, com a ajuda dos educadores qualificados.¹²⁶

A argumentação, no sentido de reivindicar o ensino religioso no contexto das escolas, se fundamenta, em última instância, na defesa do princípio da liberdade religiosa, explicitado no Concílio Vaticano II.¹²⁷ Este, por sua vez, inspira-se em

¹²⁵ Id., Id., *Discurso aos peregrinos vindos a Roma para as canonizações*, 22/11/1999. Disponível em: <<http://www.vaticano.va>> Acesso em: 22/08/08.

¹²⁶ Id., *A pessoa humana tem direito à liberdade religiosa*. L' Osservatore Romano. 16/02/1986, p. 74-75.

¹²⁷ COMPENDIO VATICANO II. *DDH*, que diz: A cada família, pelo fato de ser uma sociedade de direito próprio e primordial, compete o direito de organizar livremente a própria vida religiosa, sob a orientação dos pais. A estes cabe o direito de determinar o método de formação religiosa a

alguns dos ensinamentos de Pio XI, na encíclica *Divini Illius Magistri*.¹²⁸ A defesa desse direito é recorrente nos discursos de João Paulo II junto ao episcopado por ocasião das visitas *Ad limina apostolorum*:

É preciso continuar a promover o ensino moral e religioso, inclusive nas escolas públicas, procurando criar na opinião pública um consenso acerca da importância deste tipo de formação; este serviço, que pode derivar de uma colaboração mais estreita com o Governo, constitui uma importante forma de participação católica ativa na vida social dos vossos países.¹²⁹

dar aos filhos, segundo as próprias convicções religiosas. E, assim, a autoridade civil deve reconhecer aos pais o direito de escolher com verdadeira liberdade as escolas e outros meio de educação; nem, como consequência desta escolha, se lhes devem impor direta ou indiretamente, injustos encargos. Além disso, violam-se os direitos dos pais quando os filhos são obrigados a frequentar aulas que não correspondem às convicções religiosas dos pais, ou quando se impõe um tipo único de educação, do qual se exclui totalmente a formação religiosa (5).

¹²⁸ PIO XI. *Encíclica Divini Illius Magistri: sobre a educação cristã da juventude*, 1929. Disponível em: <<http://www.vaticano.va.>> Acesso em: 20/04/08: A educação é obra necessariamente social. São três as sociedades necessárias, distintas e também unidas harmonicamente por Deus, no meio das quais nasce o homem: duas sociedades de ordem natural, que são a família e a sociedade civil; a terceira, a Igreja, de ordem sobrenatural. Primeiramente a família, instituída imediatamente por Deus para o seu fim próprio que é a procriação e a educação da prole, a qual por isso tem a prioridade de natureza, e, portanto, uma prioridade de direitos relativamente à sociedade civil. Não obstante, a família é uma sociedade imperfeita, porque não possui em si todos os meios para o próprio aperfeiçoamento, ao passo que a sociedade civil é uma sociedade perfeita, tendo em si todos os meios para o próprio fim que é o bem comum temporal, pelo que, sob este aspecto, isto é, em ordem ao bem comum, ela tem a preeminência sobre a família que atinge precisamente na sociedade civil a sua conveniente perfeição temporal. A terceira sociedade em que nasce o homem, mediante o Batismo, para a vida divina da graça, é a Igreja, sociedade de ordem sobrenatural e universal, sociedade perfeita, porque reúne em si todos os meios para o seu fim que é a salvação eterna dos homens, e, portanto, suprema na sua ordem. Por consequência, a educação que considera todo o homem individual e socialmente, na ordem da natureza e da graça, pertence a estas três sociedades necessárias, em proporção diversa e correspondente, segundo a actual ordem de providência estabelecida por Deus, à coordenação dos seus respectivos fins.

¹²⁹ JOAO PAULO II. *Discurso aos bispos de Angola, São Tomé e Príncipe em visita "Ad Limina Apostolorum"*, 22/10/2004. Disponível em: <<http://www.vaticano.va.>> Acesso em: 22/08/08; Id., *Discurso do santo padre aos bispos Francófonos da Conferência Episcopal do Canadá (Quebeque) por ocasião da visita "Ad Limina Apostolorum"* 22/04/1999. Disponível em: <<http://www.vaticano.va.>> Acesso em: 22/09/08; Id., *Discurso do Papa João Paulo II aos membros da conferência episcopal de Uganda por ocasião da visita "Ad Limina Apostolorum,"* sábado, 20/09/2003. Disponível em: <<http://www.vaticano.va.>> Acesso em: 22/09/08; Id., *Discurso aos membros da Conferência Episcopal do Zimbábue em visita «Ad Limina Apostolorum»*, 4/09/1998. Disponível em: <<http://www.vaticano.va.>> Acesso em: 11/08/08; Id., *Discurso aos Bispos da Conferência Episcopal dos Países Baixos em visita "Ad Limina Apostolorum"*, 18/06/1998. Disponível em: <<http://www.vaticano.va.>> Acesso em: 12/07/08; Id., *Discurso aos Prelados da Conferência Episcopal do Paquistão em visita "Ad Limina Apostolorum"*, 19/05/2001. Disponível em: <<http://www.vaticano.va.>> Acesso em: 12/07/08; Id., *Discurso aos Bispos Franceses da Região Apostólica Midi-Pyrénées em visita «Ad Limina Apostolorum»*, 15/03/1997. Disponível em: <<http://www.vaticano.va.>> Acesso em: 12/08/08; Id., *Discurso no encontro com os Bispos da Conferência Episcopal Nacional de Praga*, 25/04/1997. Disponível em: <<http://www.vaticano.va.>> Acesso em: 14/09/08; Id., *Encontro com a Conferência Episcopal Romana*, 7/05/1999. Disponível em: <<http://www.vaticano.va.>> Acesso em: 14/10/08; Id., *Mensagem à conferência episcopal da Polónia* 8/06/1997. Disponível em:

Além do trabalho junto ao episcopado, há um esforço contínuo junto ao corpo diplomático dos vários países com representação no Estado do Vaticano para que as escolas católicas e o ensino religioso sejam assegurados. O fundamento da argumentação é de ordem sobrenatural e, geralmente, apresenta o mesmo teor no diálogo com os embaixadores:

A Igreja católica, devido à missão que recebeu de Cristo, participa ativamente neste diálogo, desejando contribuir sempre, em harmonia com todos os homens de boa vontade, para a edificação de uma comunidade humana unida e solidária. Aprecia a grande estima e a boa consideração de que a Igreja católica goza (...), sobretudo nos campos da assistência social e da educação. Vossa Excelência sabe que os estabelecimentos de ensino católicos têm a preocupação não só de preparar os jovens para estruturar a sua inteligência para um melhor mestrado no saber, mas também para formar neles o ser integral, a fim de que, sendo agentes da vida social, sejam autênticos servidores do homem e da sociedade (japonesa), e possam transmitir os valores espirituais e morais necessários ao seu pleno desenvolvimento e ao dos seus compatriotas.¹³⁰

O Papa Bento XVI repete os ensinamentos de João Paulo II sobre a importância de que se assegure o direito dos pais em escolher o ensino da religião para os seus filhos.

A Igreja insiste também no direito inalienável das pessoas de professar sem impedimentos, tanto pública como privadamente, a própria fé religiosa, assim como o direito dos pais a que os seus filhos recebam uma educação em sintonia com os próprios valores e crenças, sem discriminação ou exclusão explícita ou implícita. A este propósito, é para mim motivo de satisfação verificar a grande procura de ensino da religião católica nas escolas públicas (espanholas), o que significa que a população reconhece a importância dessa matéria para o crescimento e formação pessoal e cultural dos jovens. Esta importância para o desenvolvimento da personalidade do aluno é o princípio básico do Acordo entre o Estado (Espanhol) e a Santa Sé sobre o ensino e assuntos culturais, no qual se

<<http://www.vaticano.va>> Acesso em: 13/09/08; Id., *Discurso aos bispos da Conferência Episcopal da República Tcheca em visita «Ad Limina Apostolorum»*, 14 de setembro de 1998. Disponível em: <<http://www.vaticano.va>> Acesso em: 02/07/08; Id., *Discurso aos membros da Conferência Episcopal da República Eslovaca*, 7/09/1998. Disponível em: www.vaticano.va. Acesso em: 12/11/08.

¹³⁰ Id., *Discurso ao novo embaixador do Japão por ocasião da apresentação das cartas credenciais*, 29/10/2001. Disponível em: <<http://www.vaticano.va>> Acesso em: 11/11/08; Id., *Discurso ao novo embaixador do Gabão junto da Santa Sé por ocasião da apresentação das cartas credenciais*, 10/12/2002. Disponível em: <<http://www.vaticano.va>> Acesso em: 10/08/08. Id., *Discurso ao Senhor Georges Santer, novo Embaixador de Luxemburgo junto da Santa Sé por ocasião da apresentação das cartas credenciais*, 16/11/2004. Disponível em: <<http://www.vaticano.va>> Acesso em: 11/09/08.

Id., *Mensagem do Santo Padre ao Diretor-Geral da Unesco por ocasião do XXXIII Dia Internacional da Alfabetização*, 28/08/1999. In <<http://www.vaticano.va>> acessado em 14/07/08. Id., *Para construir a paz, respeitar as minorias, Mensagem para a celebração do Dia Mundial da Paz*, 1/01/1989. Disponível em: <<http://www.vaticano.va>> Acesso em: 21/07/08.

estabelece que o ensino da religião católica será feito ‘em condições iguais às outras disciplinas.’¹³¹

As reivindicações feitas não significam, para João Paulo II, confusão entre o papel da Igreja e o papel do Estado. Ao contrário, supõe a autonomia de cada um deles. Como sublinha o Concílio Vaticano II, no domínio próprio de cada um, comunidade política e Igreja são independentes e autônomas. Todavia, essa distinção não exclui, mas requer a colaboração mútua. “Os católicos não devem ficar à margem da vida social e política. Antes, é grande a contribuição que eles podem e devem dar, inspirando-se na doutrina social da Igreja, sem jamais se entrencharem em posições preconcebidas e de partido, que são com frequência estéreis ou até mesmo danosas”.¹³² Na particular colaboração entre Igreja e Estado para promover o bem do homem e do País, nunca pode passar em segundo plano o fato de que a Igreja, por sua própria natureza, é enviada a todos, aos que estão perto e aos distantes.¹³³

A modo de conclusão, podemos dizer que o pensamento da Igreja expresso, sobretudo, por João Paulo II aponta hegemonicamente para o modelo catequético de ensino religioso. Quando muito, em função da realidade de alguns países laicos, admite o ensino das religiões no plural. Quando esta situação existe, insiste para que as escolas abram suas portas para a catequese. A razão de ser desse paradigma curricular consiste na obrigação da Igreja em anunciar a salvação a todos os seres humanos. Trata-se de levar adiante a fidelidade evangélica no serviço da salvação à pessoa humana, no seguimento de Jesus e, nesse sentido, a escola e o ensino religioso são assumidos como um meio de fazer essa mensagem chegar às novas gerações.

O ensino da religião católica, na perspectiva de João Paulo II, dependendo da situação dos alunos, poderá ser matriz hermenêutica desde a qual os alunos podem

¹³¹ BENTO XVI, *Discurso ao Senhor Francisco Vázquez, Novo Embaixador da Espanha junto da Santa Sé por ocasião da apresentação das Cartas Credenciais*, 20/05/2006. Disponível em: <<http://www.vaticano.va>> acesso em: 28/10/08; Id., *Discurso ao Senhor Bartolomej Kajtazi, novo Embaixador da ex-República Iugoslava da Macedónia junto da Santa Sé*, 19/ 05/2005. Disponível em: <<http://www.vaticano.va>> Acesso em: 14/11/08.

¹³² JOAO PAULO II. *L'Osservatore Romano*, 23/11/1996, p. 5, n. 3

¹³³ Ibid., *Discurso aos membros da Conferência Episcopal da República Eslovaca*, 7/09/1998. Cf. também *Discurso ao Senhor Jorge Dezcallar de Mazarredo Novo Embaixador da Espanha junto da Santa Sé por ocasião da apresentação das cartas credenciais*, 18/06/2004.

confrontar sua existência; para outros poderá ser espaço de aprofundamento da própria identidade religiosa, para outros, ainda, espaço de evangelização:

A situação de vida e de fé dos alunos que freqüentam o ensino religioso escolar é caracterizada por uma constante e notável transformação. O ensino religioso escolar deve levar em conta este dado, para poder atingir as próprias finalidades. O ensino religioso escolar ajuda os alunos que têm fé a compreender melhor a mensagem cristã, em relação com os grandes problemas existenciais comuns às religiões e característicos de todo ser humano, com as visões da vida mais presentes na cultura, e com os principais problemas morais nos quais, hoje, a humanidade se encontra envolvida. Os alunos, ao invés, que se encontram numa situação de busca ou diante de dúvidas religiosas, poderão descobrir no ensino religioso escolar o que é, exatamente, a fé em Jesus Cristo, quais são as respostas que a Igreja oferece aos seus interrogativos, dando-lhes oportunidade de perscrutar melhor a própria decisão. Finalmente, quando os alunos não têm fé, o ensino religioso escolar assume as características de um anúncio missionário do Evangelho, em vista de uma decisão de fé, que a catequese, por sua parte, em um contexto comunitário, poderá em seguida fazer crescer e amadurecer.¹³⁴

Ou seja, há, em geral, a apresentação de um mesmo conteúdo e mensagem dirigidos a todos indistintamente. O que muda é a situação dos seus receptores diante da experiência cristã. O desafio consiste em saber se a situação atual dos educandos não pediria itinerários personalizados e se a perspectiva adotada realmente é de fato significativa para os seus protagonistas.

Por isso, no próximo capítulo, apresenta-se a reação dos educandos a esta proposta de ensino religioso. Optou-se pela aplicação de um questionário objetivo a uma escola que se aproxima curricularmente da perspectiva adotada com o propósito de ver sua incidência educativa.

¹³⁴ Ibid., *Diretório Geral para Catequese de 1997*.